

Notícias

O primeiro dia do resto das suas vidas

Esmagadora maioria dos candidatos à admissão na profissão são mulheres

Realizou-se no passado dia 21 de Janeiro, na sede da CTOC, mais uma entrega de certificados aos novos membros da Câmara. A já habitual cerimónia de «baptismo» dos novos membros começou com a visita guiada realizada por colaboradores da Câmara aos seis pisos da sede da Instituição.

De seguida, as cerca de duas centenas de pessoas, entre novos profissionais e respectivos acompanhantes, que se deslocaram de todo o País, acomodaram-se no auditório para o visionamento de um vídeo sobre a história da CTOC. Antes da entrega dos ansiados certificados, altura para uma breve alocução de Domingues de Azevedo. Após ter dado as boas-vindas aos presentes, o presidente da Câmara sublinhou que este «é um dia diferente para todos vós. É o de assumpção de responsabilidades. O estudo só agora começa. Preparem-se para muitas noites em branco. Daqui para frente, têm de ser vocês a resolver os problemas. A fase que se segue permitirá diferenciar os que sabem, dos que julgam saber».

Domingues de Azevedo deixou alguns alertas aos profissionais que trazem sangue novo à classe: «Assistiu-se a uma modificação conceptual da profissão, que passou a ser muito mais do que simplesmente juntar, preencher papéis, creditar e debitar». E prosseguiu, afirmando que «entrámos numa nova era de responsabilização da profissão, em que emergem como valores imutáveis, a qualidade e a honorabilidade. Motivos de sobra para

que o que fizermos, seja bem feito». Os que não cumprirem este conselho, pagarão a factura num contexto de exigência acrescida: «A qualidade conquista-se, em especial, nas profissões de interesse público. E sobre o TOC recaí, cada vez mais, uma expectativa de qualificação junto do cliente que solicitou o serviço. A publicidade negativa, fruto de um mau trabalho, é evitável. Quem paga a factura de um mau trabalho, é o TOC.»

O presidente da Comissão de Inscrição da CTOC, Ezequiel Fernandes, começou por afirmar que este momento «é o início de um longo processo.» «O capital de confiança constrói-se a partir de hoje. Só com ética, competência e com interesse pela verdade da informação, é que se ganha a confiança de empregadores e empresários», disse.

O presidente do júri de exame, Pedro Roque, salientou que é em alturas de dificuldade extrema, como a que o mundo vive, em que se combina «crise, recessão e depressão», que a opinião dos profissionais é ouvida mais atentamente. «Aquilo que estudaram para aqui chegar, já está ultrapassado, com o Orçamento do Estado 2009 e outra legislação», disse. «Aproveitem este dia de alegria, porque os próximos tempos serão duros», rematou Pedro Roque.

Dos 1 174 candidatos que se submeteram ao exame de avaliação profissional, foram aprovados 367, com a curiosidade de 813 mulheres terem participado e de 5 dos candidatos aprovados terem mais de 51 anos. ■



O aumento do número de mulheres que acede à profissão tem sido uma tendência dos últimos anos

«Conselho Fiscal» todos os dias na antena da TSF

Prossegue a parceria entre a CTOC e a rádio de informação

O programa «Conselho Fiscal», resultante de uma parceria entre a CTOC e a TSF, é presença obrigatória na grelha da rádio informativa duas vezes por dia, às 7h40 e às 18h45. Os conselhos sobre fiscalidade, recorrendo a uma linguagem simples e acessível a todos, são da responsabilidade dos colaboradores da Câmara, Paula Franco, Amândio Silva, João Antunes e Sandra Bernardo. De 7 de Janeiro a 6 de Fevereiro, os temas abordados foram os seguintes: «Prazos de entrega das declarações fiscais»; «Afectação de bens»; Valorização de quotas ou acções de sociedades não cotadas»; «Subsídios e subvenções destinados a aquisição e exploração de equipamentos»; «Reabilitação Urbana V»; «Reabilitação urbana IV»; «Reabilitação urbana III»; «Reabilitação urbana II»;



«Reabilitação urbana I»; «Benefícios fiscais à interioridade»; «Entrega da declaração Modelo 10»; «Prazos de entrega do IRS»; «Processo de encerramento das sociedades comerciais»; «Dedução ao IRS dos prémios de seguros de saúde»; «Eliminação da dupla tributação da distribuição de lucros por sociedades afiliadas nos PALOP e Timor-Leste»; «Dedução em IRS de despesas com obras em casa»; «Pagamento de seguros dedutíveis em IRS»; «Sociedade de profissionais»; «Benefícios fiscais para a reabilitação urbana»; «Energias renováveis»; «Declaração de rendimentos auferidos» e «Emprego de jovens e desempregados nas empresas». Todos os programas emitidos, com a duração de um minuto cada, aproximadamente, podem ser escutado no site www.tsf.pt. ■

Fundo de pensões da CTOC atribui complementos em 2010

Comissão eventual de gestão na forja

Em Outubro de 2010, conforme disposição regulamentar, o fundo de pensões da CTOC iniciará a atribuição de complementos de pensão aos membros que já estejam reformados ou que se venham a reformar a partir daquela data.

Por outro lado, como tem sido divulgado, a gestão do fundo vai sofrer alterações estrutu-

rais, nomeadamente com a eleição de uma comissão eventual que será composta por três elementos. ■



Câmara define estrutura curricular dos cursos que dão acesso a inscrição como TOC

Processo de Bolonha

Preparar os futuros profissionais para os desafios do tecido empresarial português, composto maioritariamente por pequenas e médias empresas, é o objectivo fundamental da proposta definitiva da estrutura curricular dos cursos que dão acesso à inscrição na Câmara, apresentada no passado dia 11 de Fevereiro em Lisboa e Évora e, no dia seguinte, nas representações permanentes da CTOC de Coimbra e Porto.

Aquela e outras linhas mestras foram apresentadas por Domingues de Azevedo, no auditório da sede da Instituição, ante uma plateia composta exclusivamente por docentes universitários e membros dos órgãos sociais e resultam das alterações introduzidas pelo Processo de Bolonha. Através do presidente da Direcção, ficou a saber-se que estas exigências curriculares só entrarão em vigor para quem se inscrever pela primeira vez no ano lectivo 2010/2011. «As escolas têm ainda todo este ano para procederem às alterações que acharem convenientes, caso desejem

que os seus cursos possam dar acesso à inscrição na Câmara», reforçou Domingues de Azevedo que lembrou ainda estarmos «na fase de transição do Processo de Bolonha.»

Estiveram presentes na sessão de Lisboa 25 instituições do ensino superior que colocaram diversas questões direccionadas para uma melhor compreensão da proposta.

Domingues de Azevedo sublinhou a excelente experiência adquirida com o processo de inscrição em vigor desde 2003 e que, em termos substanciais, no que concerne à estratégia de aplicação desta nova proposta, «seria muito positivo a junção de sinergias entre a CTOC e as instituições do ensino superior, pelo que se mantém em vigor os protocolos celebrados com os estabelecimentos de ensino, no que diz respeito à dispensa de estágio e de exame sobre Ética e Deontologia profissional». O responsável fez ainda um apelo às escolas para que assumam um papel mais activo na preparação dos candidatos ao

exame de avaliação profissional realizado pela CTOC, bem como nos processos de formação contínua dos Técnicos Oficiais de Contas, emprestando por essa via maior qualidade e credibilidade à actualização e aperfeiçoamento dos profissionais. Foi feito ainda um apelo directo para que, logo que conhecida a estrutura final do novo Sistema de Normalização Contabilística (SNC), as escolas se disponibilizem para, em conjunto com



A nova estrutura curricular dá especial destaque à Fiscalidade



Representantes de instituições de ensino superior colocaram questões relacionadas com a proposta da CTOC

a CTOC, encontrar soluções formativas sobre o novo sistema.

Domingues de Azevedo salientou ainda o facto de, uma vez mais, a CTOC «não reconhecer cursos», mas ter optado antes pela necessidade dos candidatos possuírem determinado número de créditos. O responsável máximo pela Instituição concentrou o seu discurso na necessidade dos candidatos possuírem, tanto quanto possível, «unidade de formação», defendendo a CTOC, antes de mais «a mobilidade inter-escola», caso determinado curso não forneça o número de créditos suficientes e, só depois, a mobilidade entre escolas, ou seja, a possibilidade de um aluno obter noutro estabelecimento de ensino os créditos que não consegue ter na sua escola.

Domingues de Azevedo assegurou ainda que «a CTOC só aceitará a complementaridade que, de facto, o seja.» Por outras palavras, significa que as unidades complementares a frequentar pelo candidato devem ser diferentes e progressivas.

SNC trará maior conflituosidade

A presidente da Comissão Eventual para o Acompanhamento do Processo de Bolonha, Lúcia Lima Rodrigues, pormenorizou um pouco mais a questão, destacando o facto de, dentro das áreas nucleares, ter sido dada especial importância à Fiscalidade, fruto do espaço que ela ocupa no dia-a-dia dos profissionais, ao mesmo tempo que foi colocado também ênfase na obrigatoriedade de adopção das NIC, o que levará «a que se tente formar melhor o TOC nestas matérias.» As questões éticas e deontológicas não foram esqueci-

das, mas o essencial de todo o processo, como salientaria esta docente universitária, foi o facto de «Bolonha ter permitido dar a oportunidade para um salto na formação dos TOC e da harmonização a nível europeu. O TOC tem de possuir o mesmo nível dos seus congéneres europeus.» Avelino Antão, presidente do Conselho Técnico da Câmara, deixou «alguns alertas» importantes. Desde logo, porque, defendeu, «parece-me que o salto do POC para o SNC vai levar a um maior grau de conflituosidade entre o TOC, os clientes e a administração fiscal. E isso está já a sentir-se no encerramento de contas referente a 2008», lembrou este responsável.

A passagem do POC para o SNC poderá abrir, no entender de Avelino Antão, «uma janela de oportunidade» para os estabelecimentos de ensino superior, uma vez que será necessário proceder à reciclagem dos profissionais.

Ezequiel Fernandes, representante da Comissão de Inscrição no acompanhamento do Processo de Bolonha, lembrou as preocupações do órgão a que preside, enumerando quatro campos de actuação: preparação académica dos candidatos, competências requeridas, constatação de alguma dispersão e condensação de matérias e, por fim, incorporação desta nova realidade nas regras de inscrição. Para este responsável, «Bolonha trouxe um novo paradigma: o ensino centra-se agora muito mais na aprendizagem do aluno e na preparação para exercer uma profissão.» No caso da actividade de Técnico Oficial de Contas, as regras para a ela aceder estão lançadas. Os candidatos têm a palavra. ■

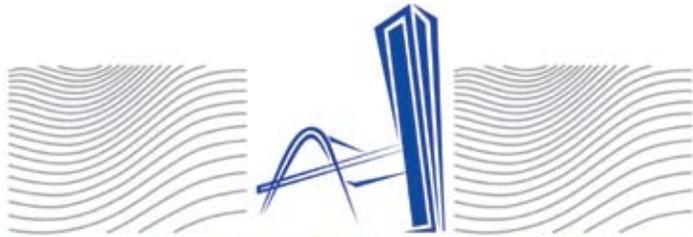
VII Convenção de Contabilidade de Minas Gerais

Prémio Lopes de Sá será entregue no decorrer do evento em Outubro

Realiza-se entre os dias 21 e 23 de Outubro, na cidade de Belo Horizonte (Brasil), a VII Convenção de Contabilidade de Minas Gerais, que coincide com a entrega do «Prémio Internacional de Produção Contábil Técnico-Científica Prof. Dr. António Lopes de Sá.» O evento, que tem como mote «Informação contábil – agregando valor aos capitais», dirige-se a todos os profissionais da contabilidade do País e durante três dias serão debatidos temas pertinentes para a classe no auditório do Minas Centro, em Belo Horizonte. O prémio, que leva o nome da maior referência viva da Contabilidade bra-

sileira, criado numa parceria tripartida entre a CTOC, o Conselho Federal da Contabilidade do Brasil e o Conselho Regional de Contabilidade de Minas Gerais, tem por objectivo «estimular e disseminar a produção de pesquisa na área da ciência contabilística nos âmbitos nacional e internacional.» Poderão concorrer trabalhos cujos autores sejam de língua portuguesa. O regulamento do prémio encontra-se disponível no *site* da CRCMG e da CTOC.

A Câmara dos Técnicos Oficiais de Contas integrará o júri do prémio, através de dois elementos a indicar brevemente. ■




VII CONVENÇÃO DE CONTABILIDADE DE MINAS GERAIS

PRÊMIO INTERNACIONAL DE PRODUÇÃO CONTÁBIL TÉCNICO-CIENTÍFICA PROF. DR. ANTÔNIO LOPES DE SÁ

Autores de língua portuguesa podem concorrer ao prémio que leva o nome da maior referência viva da Contabilidade brasileira

Membros já podem requerer complemento de reforma

Fundo de Solidariedade Social

Os TOC que tenham rendimentos exclusivos da categoria H, inferiores ao salário mínimo nacional, podem requerer à CTOC a atribuição do complemento de reforma até àquele valor, nos termos do regulamento de aplicação do Fundo de Solidariedade Social da Câmara dos Técnicos Oficiais de Contas. Para instruir o respectivo processo, os profissionais deverão remeter à Câmara cópias

da declaração modelo 3 do IRS e respectivos anexos dos anos de 2005, 2006 e 2007, bem como a comunicação da Caixa Nacional de Pensões do valor da reforma do ano do requerimento.

No caso de serem casados, deverão juntar cópia do valor da reforma do cônjuge, pois para o efeito da atribuição do complemento é considerado o rendimento *per capita* do casal. ■

«Casa do TOC» começa a ganhar forma

Direcção vai juntar especialistas para orientar projecto

Tendo como finalidade analisar as condições da legalidade, estrutura física e forma de gerir o projecto, nomeadamente no que respeita aos aspectos financeiros, bem como elaborar uma proposta de regulamento de utilização da «Casa do TOC», a Direcção da Câmara, na sua reunião do passado dia 10 de Fevereiro, deliberou criar

uma comissão eventual constituída por especialistas na matéria.

O projecto «Casa do TOC», pela sua importância e dimensão, terá de ser pensado de forma dinâmica e cuidadosa e a sua polivalência exige que a abordagem a um conjunto alargado de questões seja estudado e devidamente analisado. ■

CD-ROM vai ser reformulado

SNC em questão

Com o objectivo de analisar a actual estrutura do CD-ROM e aferir da sua compatibilidade com as novas necessidades dos profissionais, a Direcção da CTOC, na sua reunião do passado dia 10 de Fevereiro e sob proposta do seu presidente, aprovou a constituição de uma comissão eventual para elaborar uma proposta de alterações a introduzir naquela ferramenta. Esta comissão será constituída por seis elementos: três profissionais (um da zona Norte, um da zona Centro e outro da zona Sul), um representante da Direcção, um representante do Conselho Técnico e outro da equipa dos actuais responsáveis pela elaboração do CD.

A última alteração introduzida na estrutura do CD-ROM verificou-se há cerca de sete anos, tendo-se revelado de grande importância para os seus utilizadores. Decorreram, entretanto, alterações significativas na quantidade, forma e conteúdo da informação que com regularidade é enviada aos profissionais, pelo que, atendendo à facilidade do seu uso e à sua actualização mensal, o CD terá um papel fundamental a desenvolver no esforço de informação que será necessário encetar com a introdução do Sistema de Normalização Contabilística (SNC). ■



Comissão eventual vai elaborar proposta para introduzir novidades no CD-ROM, tendo em consideração o SNC